

CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU **PROTOCOLO** RECEBIDO EM 10 /09 /2025

Everando Barbona

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/2025, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU APROVADO EM PLENÁRIO EM: 24/11/2025

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU E REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 02/90.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU, ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, lança para a aprovação, o seguinte Projeto de Resolução:

- Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tururu, que com esta se publica, passando a vigorar na conformidade do texto anexo a esta Resolução.
- Art. 2º Compete à Mesa Diretora adotar as providências necessárias à execução desta Resolução, inclusive a consolidação e publicação do Regimento Interno em meio físico e eletrônico.
- Art. 3º Ficam mantidas, até o final do biênio, as Comissões Permanentes constituídas e organizadas conforme o Regimento anterior, preservando-se seus atuais Presidente e Membros.
- Art. 4º Ficam mantidas, até o final da legislatura em curso, as lideranças constituídas, na forma das disposições regimentais anteriores, até a data da promulgação do Regimento Interno.
- Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 02/1990, a qual dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tururu e suas alterações posteriores até a promulgação desta Resolução.
- Art. 6º Esta Resolução entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TURURU, Estado do Ceará, aos 10 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Francisco Gláucio Damasceno Chaves

Presidente do Legislativo

Welington Costa de Castro 1º Secretário

Welington certee de auto

Francisco Edinardo de Minisos Freitos Francisco Edinardo de Meneses Freitas Vice-Presidente

2ª Secretária



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Resolução, de iniciativa da Mesa Diretora, tem por objeto a aprovação de um novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Tururu, instrumento normativo destinado a disciplinar a estrutura, a organização e o funcionamento do Poder Legislativo local, bem como a regular o processo legislativo e o exercício das prerrogativas constitucionais dos vereadores.

A iniciativa fundamenta-se na competência privativa da Câmara Municipal para elaborar e reformar o seu Regimento Interno, conforme dispõe o art. 51, inciso III, da CF/88, aplicado aos Legislativos municipais por simetria constitucional, e reiterado pelo art. 30, II, da Lei Orgânica do Município de Tururu.

O Regimento Interno atualmente em vigor, elaborado há vários anos, revela-se defasado e insuficiente para atender às demandas contemporâneas da gestão legislativa e da atuação parlamentar. Com o passar do tempo, as sucessivas alterações da legislação federal — notadamente as Leis nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e nº 14.230/2021 (Nova Lei de Improbidade Administrativa) —, bem como as modificações introduzidas na própria Lei Orgânica Municipal e nas práticas administrativas modernas, tornaram indispensável a revisão e atualização integral do texto regimental.

Essa defasagem normativa tem gerado dificuldades operacionais, insegurança jurídica e interpretações conflitantes das regras internas, comprometendo a eficiência dos trabalhos legislativos e a própria legitimidade das deliberações plenárias. O novo texto visa sanar essas fragilidades, mediante a modernização, correção e alinhamento do Regimento Interno às exigências legais vigentes, às boas práticas de administração pública e à realidade institucional do Município.

O texto proposto promove uma revisão estrutural completa, com ênfase na sistematização das competências da Mesa e das Comissões, no aprimoramento do processo legislativo, na consolidação dos mecanismos de transparência e no fortalecimento da função fiscalizatória da Câmara Municipal.

Em síntese, a reformulação do Regimento Interno constitui **medida** imprescindível à modernização institucional da Câmara Municipal, ao incremento da eficiência administrativa e à plena observância dos princípios da legalidade, publicidade, moralidade, eficiência e segurança jurídica (art. 37, caput, CF/88).

Diante do exposto, a Mesa Diretora submete o presente Projeto de Resolução à deliberação do Plenário, por reconhecer tratar-se de providência necessária ao aperfeiçoamento do processo legislativo municipal e à consolidação da autonomia do Poder Legislativo local.





Contamos com o apoio dos vereadores para a aprovação deste projeto, que trará beneficios significativos para toda a comunidade.

Tururu/CE, aos 10 de setembro de 2025.

Francisco Gláucio Damasceno Chaves

Presidente do Legislativo

Welington Costa de Castro

1º Secretário

rancisco Edinardo de Menira Freitas

Vice-Presidente

Magda Maria Barbosa

2ª Secretária



ANEXO